



LTI SEGUROS S.A

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Relatório da Administração e
Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da administração

Aos Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da LTI SEGUROS S.A., relativas ao exercício findo em 2024, apuradas com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A empresa: A LTI SEGUROS S.A., constituída em 04 de julho de 2022, foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar por até 36 meses, dentro do modelo *Sandbox* por meio da Portaria nº 8.091 de 13 de janeiro de 2023.

Durante o exercício de 2025, a Companhia emitiu R\$ 73.467.312 em prêmios (R\$ 55.116.000 em 2024) no segmento de danos, especificamente no grupo auto acumulando R\$ 55.422.440 em ativos totais (R\$ 33.538.333 em 2024). A Seguradora baseia seu exponencial crescimento, principalmente, na intensificação da atuação comercial, mediante campanhas de marketing desenhadas para seu público-alvo, vinculadas em canais de transmissão de massa e redes sociais e na simplificação do processo da contratação do seguro, o que permitiu atingir públicos até então não alcançados pelas seguradoras tradicionais.

Agradecimentos: A LTI SEGUROS S.A. agradece a seus Acionistas e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados nesta fase inicial da empresa.

Belo Horizonte/BH, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
LTI SEGUROS S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **LTI SEGUROS S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **LTI SEGUROS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela

Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS no. 033.964-O

**LUIZ FERNANDO
SILVA
SOARES:171269
91053**Assinado de forma
digital por LUIZ
FERNANDO SILVA
SOARES:17126991053
Dados: 2026.02.26
19:39:40 -03'00'

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
LTI SEGUROS S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **LTI SEGUROS S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **LTI SEGUROS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela

supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS no. 033.964-O

LTI SEGUROS S.A.
 Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota		
	Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		55.422	33.538
DISPONÍVEL		954	58
Caixa e Bancos		954	58
APLICAÇÕES		40.802	10.302
Aplicações		40.802	10.302
CRÉDITO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO		4.552	20.764
Prêmios a receber		4.552	20.764
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		3.581	21
Créditos tributários e previdenciários		3.581	21
OUTROS VALORES E BENS		5.520	2.393
Bens a Venda		5.520	2.393
DESPESAS ANTECIPADAS		13	1
Despesas Operacionais		13	1
TOTAL DO ATIVO		55.422	33.538
	Nota		
	Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		23.530	13.007
CONTAS A PAGAR		4.522	2.678
Obrigações a Pagar		12	6
Imposto Sobre Operações - IOF		118	243
Impostos e Contribuições		4.392	2.429
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		2	2
Outros Depósitos		2	2
PROVISÕES TÉCNICAS		19.006	10.327
Provisões Técnicas		19.006	10.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.891	20.531
Capital Social		19.240	14.030
Reserva Legal e Estatutária		12.832	6.616
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(66)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(115)	(115)
TOTAL DO PASSIVO		55.422	33.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LTI SEGUROS S.A.

Demonstrações do resultado

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	31/12/2025
Prêmios emitidos		75.096
(=) Prêmios ganhos		75.096
(-) Sinistros ocorridos		(72.685)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		5.925
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(488)
(-) Despesas com Pessoal		(7)
(-) Serviços de Terceiros		(257)
(-) Localização e Funcionamento		(225)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS		(1.082)
(+) RESULTADO FINANCEIRO		3.562
(+) Receitas Financeiras		3.607
(-) Despesas Financeiras		(45)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		10.335
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		10.335
(-) Imposto de Renda		(2.561)
(-) Contribuição Social		(1.551)
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO		6.216
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		20.347.677
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LTI SEGUROS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(=) LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		6.216	6.616
(=) TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>6.216</u>	<u>6.616</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LTI Seguros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste TVM	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 de dezembro de 2023		1.300	(75)	-	-	-	3	1.228
Capital Social		12.730	75	-	-	-	-	12.805
Ajuste TVM		-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	331	-	-	-	331
Reserva Estatutária		-	-	-	6.285	-	-	6.285
Lucros/Prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(118)	(118)
SALDOS EM 31 de dezembro de 2024		14.030	-	331	6.285	-	(115)	20.531
Aumento de Capital (em aprovação)		5.210	-	-	-	-	-	5.210
Ajuste TVM		-	-	-	-	(66)	-	(66)
Reserva Legal		-	-	311	-	-	(311)	-
Resultado do /exercício		-	-	-	-	-	6.216	6.216
Destinação Resultados		-	-	-	5.790	-	(5.790)	-
SALDOS EM 31 de dezembro de 2025		19.240	-	642	12.075	(66)	-	31.891

LTI SEGUROS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.216	6.616
AJUSTES PARA:	-	-
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-	-
VARIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS	-	-
ATIVOS FINANCEIROS	(30.500)	(9.281)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS	16.212	(20.566)
CRÉDITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	(3.561)	(18)
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	-	-
DESPESAS ANTECIPADAS	(12)	-
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	-	-
OUTROS ATIVOS	(3.127)	(2.394)
FORNECEDORES	-	6
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	1.837	2.662
OUTRAS CONTAS A PAGAR	-	-
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	(60)
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	-	-
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	8.680	10.113
CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES	(4.248)	(12.921)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.248)	(12.921)
AUMENTO DE CAPITAL	5.210	12.805
OUTROS	(66)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	5.144	12.805
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	896	(116)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO ÍNCIO DO PERÍODO	58	175
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	954	58

LTI SEGUROS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A empresa LTI SEGUROS S.A., uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, originalmente autorizada a operar com seguros de danos, por meio da Portaria nº 8.091 de 13 de janeiro de 2023.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor.

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício em 26 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/21, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

2.2 Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo;

2.3 Continuidade: Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

2.4 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5 Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.6 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:

A seguinte norma foi emitida pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não está em vigor para o exercício de 2025, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros": O IFRS 17 – “Contratos de Seguros”: foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora entende que os impactos nos produtos atualmente comercializados não devem ser relevantes. Entretanto, aguarda a emissão de normativos específicos e orientações adicionais por parte da SUSEP, a fim de possibilitar a apuração dos referidos impactos atuariais e contábeis com maior grau de assertividade.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Ativos financeiros: Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

3.3 Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4 Contas a pagar: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5 Benefícios a empregados: Ao fim do exercício de 2025, a companhia não apresentava registro de colaboradores no seu quadro de funcionários, sendo assim, ela não aplicou o CPC 33 no que tange o programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

3.6 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2025 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7 Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

3.8 Receitas de juros: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3.9 Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

3.10 Circulante e não Circulante: As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das demonstrações contábeis, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

3.10.1 Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de

acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data de cálculo. Os valores provisionados são calculados a partir de estimativa de pagamento dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNER, que é apurado a partir da aplicação de testes de consistência para obtenção da melhor estimativa de ajuste.

(ii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações de cálculo.

(iii) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que contempla a estimativa de despesas diretas relacionadas aos sinistros avisados e ainda não pagos, seguindo os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros avisados (PSL), a seguradora apura as despesas relacionadas, de forma individualizada, pendentes de pagamento na data base de cálculo e, ainda, estima o valor global das despesas relacionadas aos sinistros judiciais que estejam em PSL. A parcela relacionada a sinistros não avisados (IBNR) é estimada pela razão entre a PDR(PSL) e a respectiva PSL.

(iv) A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) é constituída para garantir o pagamento de resgates e devoluções de contribuições pendentes de regularização até a data-base de cálculo. Sua metodologia considera a estimativa de valores a regularizar, tanto na esfera administrativa como judicial, devidamente corrigidos até sua liquidação / extinção.

4. Gerenciamento de riscos: A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1 Gerenciamento de risco de créditos: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.2 Gerenciamento de risco de liquidez: A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A tabela abaixo analisa os passivos e ativos financeiros da Seguradora por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, bem como a suficiência destes:

	2025	2024
Obrigações a Pagar	(12)	(6)
Passivo Financeiro	(12)	(6)
Caixa e equivalente de Caixa	954	58
Ativo Financeiro	954	58
Suficiência	942	52

4.3 Gerenciamento de mercado: O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).

4.4 Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a seguradora não registrou perdas.

4.5 Gestão de risco de capital: As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Equivalentes de Caixa	954	58
Total de caixa e equivalentes de caixa	954	58

6. Aplicações

Aplicação	31/12/2025	%	31/12/2024	%
CDB INVEST FÁCIL BRADESCO	17.993	100%	9	100%
Títulos Privado	17.993	44,10%	9	0,09%
LFT	8.954	39%	-	
LTN	3.046	13%	1.185	11,51%
NTN-F	8.467	37%	5.848	56,82%
NTN-B	2.342	10%	3.259	31,67%
Títulos Públicos	22.809	55,90%	10.292	99,91%
TOTAL APLICAÇÕES	40.802		10.302	

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário Anbima como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais. A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

Disponíveis para negociação	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2025
CDB INVEST FÁCIL BRADESCO	R\$ 9	R\$ 48.948	(R\$ 31.619)	R\$ 655	R\$ 17.993
TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 10.292	R\$ 15.666	(R\$ 5.582)	R\$ 2.433	R\$ 22.809
Total	R\$ 10.302	R\$ 64.614	(R\$ 37.202)	R\$ 3.088	R\$ 40.802

Disponíveis para negociação	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
CDB INVEST FÁCIL BRADESCO	-	R\$ 67	(R\$ 58)	-	R\$ 9
TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 1.021	R\$ 9.603	(R\$ 624)	R\$ 293	R\$ 10.293
Total	R\$ 1.021	R\$ 9.670	(R\$ 682)	R\$ 293	R\$ 10.302

7. Créditos das operações com seguros

7.1 Prêmios à Receber		31/12/2025		
Ramos	RVE	RVNE	Prêmios a Receber líquido	
0531 - Automóvel Casco		2.923	1.629	4.552
Total Geral		2.923	1.629	4.552

31/12/2024

Ramos	Prêmios a Receber (RVE) de Representantes	Prêmios a Receber (RVNE)	Prêmios a Receber líquido
0531 - Automóvel Casco	20.764	-	20.764
Total Geral	20.764	-	20.764

7.2 Movimentação dos Saldos

	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	
(+) Prêmios emitidos	55.116
(+) IOF	2.525
(-) Recebimento	(37.076)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.764

	31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.764
(+) Prêmios emitidos	73.467
(+) Prêmios RVNE	1.629
(+) IOF	118
(-) Recebimento	(91.426)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.552

7.3 Aging dos Prêmios Pendentes

Vencidos	31/12/2025
Até um ano	
Até 60 Dias	4.552
Total de Prêmios e Emolumentos	4.552

Vencidos	31/12/2024
Até um ano	
Até 60 Dias	20.764
Total de Prêmios e Emolumentos	20.764

8. Títulos e Créditos a Receber

8.1 Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ A COMPENSAR	78	3
COFINS A COMPENSAR	58	15
PIS A COMPENSAR	25	3
Total de Créditos tributários e previdenciários	161	21

8.2 Outros Créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Salvados à venda	5.520	2.393
Total de Outros Créditos	5.520	2.393

9. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas, no valor de R\$13, são referentes a diferimentos e serão apropriadas dentro do exercício de 2026.

10. Custo de Aquisição Diferidos

A Companhia, não apresentou saldos nas contas pertencentes ao Grupo Custos de Aquisição Diferidos.

11. Contas a Pagar

11.1 Obrigações a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a Pagar	6	6
Total de obrigações a pagar curto prazo	6	6

11.2 Impostos, Contribuições e Encargos Sociais a Recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Até um ano		
Imposto sobre operações financeiras	118	243
PIS a recolher	28	40
COFINS a recolher	251	247
IRPJ a recolher	2.561	1.337
CSLL a recolher	1.551	805
Total de Impostos e Contribuições	4.509	2.673

12. Prêmios e Emolumentos Recebidos.

	Até um ano	31/12/2025	31/12/2024
Até 30 Dias		2	2
Total		2	2

13. Provisões Técnicas

Ramo	PSL	IBNR	31/12/2025
0531 - Automóvel			
Casco	7.692	11.314	19.006
Total Geral	7.692	11.314	19.006

Ramo	PSL	IBNR	31/12/2024
0531 - Automóvel			
Casco	6.653	3.674	10.327
Total Geral	6.653	3.674	10.327

14. Outros Débitos

A Companhia não apresentou saldos nas contas pertencentes ao Grupo Outros Débitos.

15. Patrimônio líquido: a) *Capital social: Em 31/12/2025 está representado por R\$ 19.240.000 que correspondem a 20.347.677 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária da Seguradora ficou constituída da seguinte forma:*

Acionista	Participação	Ações
LTI HOLDING DE CONTROLE LTDA.	100%	20.347.677
TOTAL	100%	20.347.677

b) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social.

d) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 648/21, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

Com isso demonstramos abaixo o quadro de PLA vs CMR:

	31/12/2025	31/12/2024
Capital	19.240	14.030
Integralizado	19.240	14.030
Lucros/(Prejuízos) acumulados	6615,72	(115)
Resultado do Período	6.044	6.616
PL - Patrimonio Líquido	31.899	20.531
PLA - Patrimonio Líquido Ajustado	31.899	20.531
CMR	20.791	11.463
Base (a)	1.000	1.000
Operacional	578	737
Crédito	1.210	1.252
Subscrição	19.434	9.931
Mercado	543	404
(-) Correlação	(974)	(861)
Risco (b)	20.791	11.463
Capital Mínimo Requerido (c) maior entre (a) e (b)	20.791	11.463
Suficiência de Capital (d) igual a (PLA) - (c)	11.108	9.068
% de Suficiência de Capital (d) / (c)	53,43%	79,11%

16. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
Detalhe das contas de resultado		
a) Prêmios emitidos	75.096	55.116
Prêmios emitidos - RVE	73.467	55.116
Prêmios emitidos - RVNE	1.629	-
b) Sinistros ocorridos diretos	(72.685)	(42.843)
Sinistros ocorridos	(76.374)	(42.562)
sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(7.640)	(3.646)

Salvados a Venda	11.330	3.365
d) Outras receitas e despesas operacionais	5.925	(1)
Outras receitas com operações de seguros	6.125	(1)
Outras Provisões cíveis	(199)	-
e) Despesas administrativas	(488)	(43)
Despesas com Pessoal	(7)	-
Serviços de terceiros	(257)	(25)
Localização e funcionamento	(225)	(18)
Outras despesas administrativas	-	-
f) Despesas com tributos	(1.082)	(1.243)
COFINS	(828)	(965)
PIS	(135)	(157)
Taxa de Fiscalização	(120)	(120)
Outros tributos	-	(2)
g) Resultado financeiro	3.562	(121)
Receitas financeiras	3.607	290
Despesas financeiras	(45)	(410)
h) Impostos sobre o Resultado	(4.112)	-4.250
Imposto de Renda	(2.561)	-2.648
Contribuição Social	(1.551)	-1.603
Resultado Operacional	6.216	6.616

21. Remuneração dos Diretores e Operações com Partes Relacionadas

Não houve valores destinados a remuneração dos Dirigentes em 2024.

DIRETORIA	NOME	REGISTRO
DIRETOR	QUÉZIDE SALGADO CUNHA	NÃO APLICAVEL
DIRETOR	GABRIELA BERNARDES DE C. CUNHA	NÃO APLICAVEL
CONTADOR	Fábio Roberto Pereira	CRC – 1SP239076-O/0
CONTADOR	Sarah Lúcia Andrade	CRC – MG-127940-O/8